

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT07.009

# **GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E ESCOLA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE DISCUSSÕES SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES À ABORDAGEM DA TEMÁTICA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO**

**MARIANA XIMENES MARTINS**

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, [mariana-ximenessocio@gmail.com](mailto:mariana-ximenessocio@gmail.com)

## **RESUMO**

O presente artigo trata-se de uma revisão de literatura, com enfoque analítico sobre as temáticas gênero e diversidade sexual, no contexto educacional. Tendo como objetivo principal: compreender quais são os debates principais sobre as (im)possibilidades em se abordar a temática diversidade sexual e de gênero, no contexto do ensino médio. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico e documental buscando realizar uma reflexão teórica, com a abordagem de análise qualitativa. Como escopo das análises bibliográficas foram selecionados 6 (seis) artigos científicos nas bases de dados: Google Acadêmico; CAPES e SCIELO. Como fonte documental foram analisadas a BNCC; Constituição Federal; PCNs; Parecer 09/2001- CNE. Para fundamentar os conceitos sobre gênero e diversidade sexual, trabalhamos com autores clássicos e contemporâneos a exemplo de Foucault (1977); Scott (1995); Louro (1997), Candau, (2008); Foster (2001); Freire, (1998); Frigotto, (2017) entre outros. Os resultados do estudo demonstram a urgência em se debater sobre as temáticas em foco no contexto escolar. Entendendo que incluir o debate sobre essas questões nos currículos contribui para combater o preconceito, a discriminação e a violência tão presentes hoje em nossa sociedade, por influências do conservadorismo; além do que incluir as temáticas gênero e diversidade sexual no âmbito escolar contribui para levar aos jovens a compreensão sobre identidades e sexualidades.

**Palavras-chave:** Gênero, Diversidade Sexual, Escola, Currículo, Prática Pedagógica.

## INTRODUÇÃO

---

O presente trabalho é fruto de inquietações e desdobramentos de dados obtidos através de um levantamento bibliográfico realizado no período de construção do nosso Pré-projeto de pesquisa, requisito para o ingresso no Programa de Pós-graduação em Sociologia-PPGS, da Universidade Estadual do Ceará-UECE, cuja pesquisa teórica e de campo está em andamento.

As possibilidades de discussões acerca de gênero e diversidade sexual no contexto educacional são permeadas de polêmicas, visto que esses debates contestam os valores socialmente estabelecidos, como o da relação heteronormativa<sup>1</sup>. De um lado, estão os que defendem que esses assuntos devam ser abordados nas escolas; de outro – principalmente no congresso composto por parlamentares evangélicos e católicos- há aqueles que almejam mantê-los longe dos processos de ensino-aprendizagem.

O discurso que se mostra resistente a abordagem da temática é alicerçado às questões culturais e religiosas, preconceito, lacunas na formação inicial de professores, dentre outras questões. Desse modo, discutir esses aspectos é também desconstruir estigmas, estereótipos, 'tabus' e diversos outros fenômenos que dificultam a reflexão acerca da temática.

Os estudos de gênero no Brasil ocorreram através de iniciativas de lutas de movimentos feministas em busca de direitos iguais entre homens e mulheres, possibilitaram, desse modo, a construção de outros movimentos sociais, como o LGBTQIAP+ (lésbicas, **gays**, bissexuais, transexuais, travestis, **queer**, intersexo, assexuais e pansexuais), que ganharam mais notoriedade nas décadas de 70 com o debate sobre a pílula anticoncepcional e 80 com as discussões sobre AIDS/HIV. Surgiram através dessas questões, diversos estudos a fim de compreender a invisibilidade de homossexuais e das mulheres (MEYER, 2004).

Esses movimentos desencadearam debates acerca dos 'tabus' existentes, influenciando uma quebra de estigmas e preconceitos que permeiam a sociedade. Louro (1997) aponta que a partir das discussões sobre sexualidade e relações afetivas surgiram discussões sobre a diversidade de orientações e/ou identidades sexuais. Nessa perspectiva, os movimentos sociais feministas impulsionaram

---

1 Para Foster (2001, p. 19) "a heteronormatividade entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)s)."

estudos sobre outras temáticas, como educação, para que fossem discutidas em um contexto macro (IBIDEM, 1997).

Entretanto, na sociedade brasileira contemporânea permanecem conflitos a respeito das discussões de gênero e sexualidades. Nesse aspecto, conforme pontua Neto (2002) é indispensável debater essas questões na esfera educacional, de modo a desconstruir preconceitos e discriminações que estão enraizados na sociedade e perpassam também o ambiente escolar, visto que a instituição reproduz crenças e ensinamentos sociais.

Dessa forma, o questionamento que direciona o estudo que está em desenvolvimento na pesquisa de mestrado é: quais são as principais discussões sobre as (im)possibilidades relacionadas à abordagem sobre diversidade sexual e de gênero no contexto do ensino médio? Nessa perspectiva, o objetivo geral desse artigo é compreender quais são as principais discussões sobre as (im)possibilidades relacionadas à abordagem sobre diversidade sexual e de gênero no contexto do ensino médio, mediante o currículo, a proposta pedagógica e da formação inicial de professores. Como objetivos específicos, analisar o debate sobre a inclusão das questões de gênero e diversidade sexual no ensino médio e verificar as consequências da omissão ou inclusão dessa temática em sala de aula.

Com esse intuito, iniciamos a nossa exposição tratando sobre Gênero como uma construção histórica. Em seguida, debateremos essas questões no âmbito escolar; complementando o debate tratando sobre alguns aspectos importantes que auxiliam na discussão dessas questões na esfera educacional, como os já citados: proposta pedagógica, currículo e formação de professores.

Esta pesquisa constitui-se uma revisão bibliográfica, aponta Gil (2008, p. 50) a pesquisa bibliográfica é aquela que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Visto o estudo ser composto por 6 (seis) artigos científicos sobre a temática publicados em indexadores, tais como: Scielo (A Scientific Eletronic Library Online); Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e **Google Acadêmico**.

Para auxiliar as reflexões teóricas e conceituais utilizamos como fontes Foucault (1977); Scott (1995); Louro (1997), dentre outros. A investigação bibliográfica, nesse contexto, permite compreender os fenômenos de forma ampla, sem necessariamente interagir diretamente com sujeitos em campo de pesquisa.

Sendo assim, realizamos a seleção, classificação, leitura, fichamentos do material pesquisado e em seguida procedemos a análise do conteúdo na perspectiva

de Bardin (2011) buscando inferir significados a esse conteúdo como preconiza o método de análise qualitativa de Richardson (1999).

## **GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

A partir do século XVIII, ocorre uma “explosão” de discussões relacionadas a sexualidade, demarcou-se um único objetivo para as relações sexuais: a reprodução. Tudo o que fugisse dessa lógica era considerado desviante.

Nesse contexto histórico, como aponta Foucault (1977) para a medicina, as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas doentias e perversas. Esse raciocínio se perpetua, no entanto, na década de 70 e 80, através de eventos como a invenção da pílula anticoncepcional, o prazer entra em pauta e ganha visibilidade, entretanto, assuntos como diversidade sexual e de gênero, ainda continuam alicerçados em um discurso que institui e reproduz diferenças. Existindo uma ideia biologizante internalizada na sociedade patriarcal de “macho” e “fêmea” de acordo com o sexo biológico.

No entanto, como aponta Butler (1995), o sexo é a materialização de uma norma. A determinação biológica contribui à naturalização das desigualdades entre mulheres e homens. Quando se naturaliza o poder, camuflam-se como seus dispositivos funcionam, bem como, as formas de modificação e oposição da organização social. A definição de gênero manifesta-se dessa forma, para afirmar que as diferenças anatômicas não são intrinsecamente determinantes das diferenças sociais entre as pessoas, mas são definidas e enaltecidas pela cultura, de modo a realizar distinções que são convencionalmente demonstradas como naturais (SCOTT,1995).

Por ser uma construção social, as concepções de gênero atribuem formas de ser homem e mulher – tal como o menino e a menina – devem se comportar e se relacionar entre si. Essas construções são postas mesmo antes do nascimento de uma criança. Young (2019) afirma que os atributos tradicionais do gênero defendem a ideia de que os meninos devem ser agressivos e destemidos; enquanto as mulheres devem ser recatadas, delicadas e maternais. Assim sendo, os papéis sociais são um conjunto de comportamentos associados com a ideia de masculinidade e feminilidade, em um grupo/sistema social.

Nesse aspecto, o gênero está interligado ao papel sexual que o sujeito deve desempenhar na sociedade. Desde o nascimento os pais já planejam um determinado comportamento ao qual o sujeito irá seguir; se o quarto será azul ou rosa, as

roupas serão de determinados modelos e cores. Os papéis sociais são, portanto, representações das relações de poder.

A identidade de gênero refere-se como nos enxergamos e como queremos que as pessoas nos enxerguem, nos tratem e nos respeitem. O sentimento de pertencimento a determinado gênero diferente do estabelecido socialmente de acordo com seu sexo biológico ou mais está interligado ao conforto ou desconforto que sente com o próprio corpo (JESUS, 2008). Para tanto, uma pessoa que possui o “sexo feminino” pode apresentar uma identidade masculina ou até modificar o corpo como uma alternativa de se adequar a sua identidade interna, fazendo parte de outro grupo: transgêneros ou transexuais e travestis.

Desse modo, o gênero está intimamente interligado à construção de identidade das pessoas. É importante destacar esses conceitos para que a pessoa se reconheça como sujeito social, identifique sua personalidade e ter respeito diante da sociedade. Nesse aspecto, é imprescindível abordar essas questões na escola como forma de promover o respeito entre os alunos, perante comportamentos que divergem das normas pré-estabelecidas através dos papéis sociais.

É importante evidenciarmos também, a distinção entre gênero e orientação sexual. A orientação sexual relaciona-se à atração sexual que o sujeito sente diante de outros sexos, seja por pessoas do mesmo sexo ou não. A orientação não é uma opção, nem uma escolha, como muitos acreditam. Trata-se de um fato construído através de uma convivência social.

Em conformidade com Rios e Piovesan (2001), a orientação sexual é resultado de um conjunto de fatores que envolvem o desejo erótico e construção de afetos. Não se trata, portanto, de um comportamento intencional, mas determinado através dos nossos processos de socialização, a partir disso, construímos uma identidade que reflete no modo de vestir, de comportar e até mesmo falar.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (MEC, 1998) o conhecimento sobre orientação sexual deve ser abordado de forma sistemática pela escola. Suas metas não abarcam somente conhecimentos referentes às questões reprodutivas, mas, especialmente, a preparação para o convívio social, abordando as diversas visões da sociedade. Assim, o jovem deverá encontrar o ponto de autorreferência, o desenvolvimento de sua identidade e maturidade psicoemocional, tornando-o responsável por tomar decisões, se autorregular e autogerir sua educação.

Desse modo, discutir orientação sexual nas escolas é essencial, visto que engloba aspectos relacionados a gênero, sexualidade em seus variados sentidos, expressões culturais e também um emaranhado de questões históricas, sociais e políticas dos jovens. Trata-se, portanto, de debater sobre a diversidade sexual presente no cotidiano social.

Nesse sentido, como apontam Castro; Abramovay e Silva (2004) diversidade sexual relaciona-se às múltiplas vivências e manifestações da sexualidade humana, que envolve gênero, identidade sexual e orientação sexual. A sexualidade, por sua vez, relaciona-se a aspectos afetivos, eróticos, amorosos, entre outras questões da vivência e valores culturais. Sendo compreendida conforme nos ensina Bourdieu (2003) como construção social, derivada de questões eróticas íntimas do sujeito, corporificadas, socializadas e apreendidas dentro de um “campo sexual” autônomo.

Por conseguinte, sexualidade engloba o sexo, o gênero, os papéis sociais e a diversidade sexual. Investigar aspectos sobre a sexualidade é considerar esses conceitos e buscar uma compreensão aprofundada. Limitar o assunto ou negar a relação sexual como algo prazeroso e parte das relações sociais é contribuir para disseminação da ideia do sexo apenas como meio de reprodução. Ao tratar a sexualidade dessa forma, a escola acaba inibindo as possibilidades de reflexão acerca do corpo e demais questões. A sexualidade na escola deve ser abordada como ferramenta de reflexão e sensibilidade acerca das diferenças e sobre essa questão trazemos uma reflexão no tópico a seguir.

## **EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE: INDISSOCIÁVEIS**

A existência de diferentes sujeitos e construções culturais no interior do ambiente escolar nos faz refletir sobre os processos de interação que ocorrem nesse campo de relações sociais. A reflexão sobre práticas em relação à sexualidade, gênero e diversidade sexual nos remete aos significados, sentidos e prática social. Como nos explica Junqueira (2007), significados socialmente construídos, compartilhados e internalizados historicamente que apropriados pelos sujeitos tornam-se articulados e sustentam a abordagem dessa temática nas escolas: disciplinar, normativa e reducionista.

Apesar das resistências ao debate sobre questões de gênero no âmbito educacional, tais discussões são fundamentais e deve se tornar uma prática comum, visto que, a educação escolar se constitui como instrumento eficaz de combate às

violências, luta por direitos iguais, promoção de respeito e a construção de uma sociedade mais segura e justa (FREIRE, 1998). Sendo assim, acreditamos na educação como elemento de transformação das estruturas sociais. Nesse ponto Freire (1998) afirma que a educação problematizadora propicia a liberdade dos sujeitos submetidos a uma estrutura dominante, para que lutem por emancipação.

O papel da educação emancipadora não é impor sua visão de mundo ao jovem, mas, dialogar com ele sobre os diferentes pontos de vista. Além da desconstrução, um dos principais papéis da educação é a formação de jovens capazes de refletir criticamente acerca dos deveres e direitos enquanto cidadãos que se orientam pelos princípios éticos e democráticos.

Desse modo, a escola cabe aprofundar conhecimentos científicos historicamente construídos e através de reflexões e discussões, propiciar a mudança de práticas a todos os sujeitos inseridos no ambiente escolar. Portanto, a educação por meio de debates pode auxiliar na desconstrução de atitudes discriminatórias nos ambientes educacionais, como também sociais e dessa forma, a promover respeito a população LGBTQIAP+, bem como à saúde corporal e psíquica das pessoas.

Neto (2002) defende que o fato de a escola abordar a heterossexualidade e deixar as demais formas de orientações sexuais às margens do conhecimento pode desencadear sentimentos de anormalidade/desaprovação perante as pessoas que não se enquadram nesse padrão, o que pode ocasionar atos discriminatórios e preconceituosos contra pessoas LGBTQAP+.

Nessa perspectiva, Louro (1997) aponta que a escola contribui com a disseminação da desigualdade e divisão social. É preciso, portanto, quebrar com o paradigma da heteronormatividade, porque sua função é demarcar as diferenças e reproduzir as desigualdades. Essa postura heteronormativa e a ausência de discussões acerca da sexualidade, gênero e diversidade sexual dentro do ambiente escolar, como aponta Junqueira (2007) resultam em dois aspectos:

1. Altos índices de violência física e psíquica que podem ser caracterizados como homofobia e/ou transfobia, a repulsa e discriminação contra uma pessoa em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero;
2. Fenômenos como o **bullying** nas escolas, que comumente é influenciado por preconceitos e discriminações que se baseiam, especialmente, nas diferenças de orientação sexual e gênero, elementos considerados estruturantes das identidades dos sujeitos. Violências simbólicas ou físicas

que comprometem a qualidade de vida e da educação daqueles que não se encaixam nos padrões heteronormativo.

Esses são motivos essenciais para incluir tais discussões no ambiente escolar. A sexualidade, portanto, deve ser abordada em sua esfera macro, compreendendo-a como uma construção social, que inclui normas, valores, atrações afetivas e sexuais.

Considerando a diversidade de sujeitos existentes no interior do ambiente escolar, torna-se imprescindível privilegiar os debates de todas as formas de relacionar, auxiliando desse modo, os jovens a compreenderem seus sentimentos, relacionamentos e identidades. Além de comentar assuntos como homossexualidade, deve-se debater também sobre heterossexualidade e como essas orientações sexuais se relacionam dentro de um campo cultural.

Dado o exposto, há necessidade e relevância do debate sobre diversidade sexual e gênero na escola. Compreende-se que a função escolar é favorecer uma formação emancipadora do jovem, debatendo sobre o universo das sexualidades, tema inserido nos currículos escolares de forma transversal, com intuítos de uma formação integral. Nessa perspectiva, argumentamos o tópico seguinte.

## **GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO CURRÍCULO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO.**

Na escola, o currículo é a diretriz fundamental das práticas de ensino adotadas pelos docentes e pela gestão escolar, porque nele estão inscritos os objetivos almejados, ele também destaca a organização, os conteúdos, as avaliações e os métodos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a problemática da educação escolar abrange diferentes dimensões, a destacar: “a qualidade da educação, projetos político-pedagógicos, relações com a comunidade, função social da escola, violência, processos de avaliação, formação de professores/as, entre outras” (CANDAU, 2008, p. 11).

No entanto, o cenário político contemporâneo vem relutando à incorporação das temáticas de gênero e diversidade sexual nos currículos e práticas escolares. No ano de 2011, a ex-presidenta Dilma Rousseff cancelou a distribuição em escolas brasileiras de um material elaborado em seu Ministério da Educação. O objeto em discussão envolvia uma cartilha pedagógica que abordava o preconceito contra a

diversidade sexual e de gênero no campo da Educação, com atividades propostas para o desenvolvimento da referida temática nas salas de aula.

Nesse sentido, Almeida (2016) aponta que uma das razões que motivaram o cancelamento da distribuição do material ocorreu devido a uma acalorada polêmica conjugando o Governo Federal, o Congresso Nacional, veículos de comunicação, redes sociais e a sociedade civil.

A primeira exposição pública do material deu-se no seminário “Escola sem Homofobia”, em novembro de 2010, no Congresso Nacional. O caráter polêmico do projeto se manifestou já nesta ocasião e não apenas por opositores do setor conservador da política brasileira. Como aponta Almeida (2016), a comissão participativa da sociedade civil e alguns dos representantes do movimento LGBTQIAP+ presentes no evento demonstraram indignação diante do material audiovisual em que apresentava um beijo entre duas meninas.

O título dos cadernos *Escola sem Homofobia* foi omitido em suas aparições públicas no período, tendo ele passado a atender por outro nome, que já indiciava o caráter depreciativo com que era performado por diversos representantes da política. “Kit **Gay**”, um apelido insultuoso, não deixa dúvidas quanto à índole negativa do material, que era discutido por seus opositores como uma ameaça às crianças e jovens.

Outro debate presente entre os opositores da temática de sexualidades refere-se ao movimento “Escola sem partido”. O projeto surge em 2004 e articula atores sociais em torno de uma agenda conservadora para a educação no Brasil, fruto da indignação do advogado Miguel Nagib com “O grau de contaminação político-ideológica nas escolas brasileiras e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa-moral dos seus filhos” (FRIGOTTO, 2017).

O movimento *escola sem partido* deu origem a quase sessenta projetos de leis que estão entre as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e o Congresso Nacional, com o objetivo de criar mecanismos para que os professores não possam doutrinar ideologicamente seus alunos. Vários desses projetos tiveram sua constitucionalidade questionada pelo Ministério Público. A base do projeto é um cartaz que seria colocado em todas as salas de aula com os deveres do professor.

Conforme aponta Frigotto (2017) a insegurança do professor em realizar debates que abrangem a temática em sala de aula é em parte consequência das disposições do projeto, uma vez que os professores possam ser denunciados como doutrinadores a qualquer momento. As denúncias poderiam ser feitas pelos

próprios alunos, podem render ao professor uma condenação de até 6 meses de detenção, perda de cargo, inabilitação do exercício de qualquer outra função pública no prazo de três anos, conforme a Lei do Abuso de Autoridade de 1965.

Em contraposição à proposta do movimento “Escola sem Partido”, uma carta organizada pelo Instituto Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional), em novembro de 2018, professores e pesquisadores do movimento “Escola com Diversidade e Liberdade” apresentaram argumentos de promoção da pluralidade de opiniões e do debate de ideias e luta contra todas as formas de discriminação e preconceito (EMPINOTTI, 2018).

Assim sendo, a sala de aula precisa ser um lugar no qual questões ligadas a gênero, diversidade sexual e preconceitos possam ser discutidas. Como observamos na Constituição Federal, capítulo III, art. 206, parágrafo II, o ensino deverá ser ministrado com base no princípio da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (p.4, 1988).

Nessa perspectiva, Empinotti (2018) presidente do Movimento Mapa Educação, reitera a necessidade de um currículo escolar que auxilie na desnaturalização das práticas discriminatórias: “Os dados mostram que crianças que são lidas como LGBT sofrem muito *bullying* e discriminação. Acredito que ao falar com os estudantes sobre o respeito, podemos diminuir a violência” (IBIDEM, 2018, p.4).

Outrossim, a proposta curricular apresentada no documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não tem menção explícita às questões de gênero, sexualidade e promoção da cidadania de pessoas LGBTQIAP+. Apesar de não existir menção às temáticas no documento, acordou-se incorporar aos currículos a abordagem de forma transversal, ou seja, atravessa todas as áreas do conhecimento, mas, não é inserida em uma disciplina específica. Neste cenário, sem orientações expressas para o debate, as questões de gênero e diversidade sexual são incorporadas de acordo com as decisões tomadas pelas propostas pedagógicas das escolas.

É importante compreendermos que os temas transversais quando bem articulados, podem proporcionar alternativas eficazes de explorá-los em um âmbito transdisciplinar de acordo com o paradigma educacional emergente. Colocar um currículo em prática é uma forma de assegurar a todos os jovens a igualdade de oportunidades para ter acesso ao conhecimento, em um âmbito fundamental para sua vida.

Destacamos, portanto, que é preciso inserir essas questões no ambiente escolar. Porém, quando mencionamos a inserção de tais aspectos, devemos considerar

que é necessária uma alteração estrutural do currículo, da proposta pedagógica e da formação inicial. O currículo se constitui como fundamento das atividades educacionais e para tanto, a inclusão da referida temática nesse documento deve oferecer instrumentos para que o professor possa concretizar um trabalho significativo (JOCA, 2009).

Desse modo, currículo deve ser interpretado como algo macro, visto que, para além de orientar discussões, é responsável por formar sujeitos segundo o intuito pelo qual ele é construído. Assim, considerando os debates a respeito da identidade de gênero e sexual que discutimos, apontamos que inserir tais questões nos currículos podem auxiliar os alunos na construção de identidades.

No entanto, é necessário considerar que o currículo pode se constituir como um instrumento de poder, como destaca Silva “o currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos” (1999, p. 46). Assim, as relações de poder existentes na sociedade estão diretamente interligadas ao tipo de educação que se almeja realizar. Além do que, Silva (1999) afirma que desmistificar essas organizações, significa desconstruir os princípios do poder.

Neste sentido, é fundamental a inserção dos temas de Gênero e Diversidade Sexual nos currículos, instrumento base da prática docente. Devemos considerar também, que para uma abordagem segura e consistente da temática em sala de aula é preciso uma formação inicial e continuada dos educadores, acerca deste aspecto teremos um diálogo mais aprofundado no tópico seguinte.

## **GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A formação docente consiste num processo contínuo de construção de conhecimento e de treinamento das habilidades teórico-práticas de um professor. Currículo não se refere apenas à escola, mas também à universidade, a inserção desses conteúdos em documentos e políticas, serão efetivados pelos professores em sala de aula, como afirmam Roseno e Guimarães (2016):

Os nossos cursos de licenciatura precisam também passar por uma reformulação do seu currículo, articulando os conhecimentos científicos com os práticos, as questões teóricas com as questões sociais, fazendo assim que surjam uma nova classe de docentes que tenham com primazia o zelo pelo respeito à diversidade humana e sexual. Assim, como a rede pública de educação deve oferecer cursos de formação continuada

na respectiva área, estabelecendo um compromisso social com as gerações futuras (p. 9).

Dessa forma, a diversidade humana e sexual deve privilegiar todas essas questões referentes a gênero no currículo. Ademais, refletir sobre diversidade sexual inserida nas práticas curriculares é compreender o currículo como construção sociocultural e histórica. Nessa perspectiva, o currículo também serve como construtor de realidades sejam elas justas e democráticas ou não.

A formação inicial e continuada referente ao assunto se torna, portanto, uma necessidade, a exemplo os cursos superiores em pedagogia que para Dantas (2015) parecem negligenciar a temática. A autora realizou uma pesquisa fazendo uma análise sobre gênero e sexualidade expressos no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília e nos discursos dos formandos de 2015. Os resultados e conclusões apontaram que apesar de existir um discurso favorável ao ensino desta temática, a prática tem sido diferente ou insuficiente levando em consideração a amplitude e complexidade das temáticas.

O desafio da formação docente para o avanço profissional e o aprimoramento educacional é persistente. Conforme verificamos no parecer 09/2001 sobre a reforma das licenciaturas, do Conselho Nacional de Educação (CNE), “apesar da democratização do acesso à educação básica ter avançado enormemente em nosso país, há problemas sérios a serem superados na aprendizagem dos alunos” (ARANHA, 2011, p. 57), especificamente a aspectos referentes ao acesso e produção do conhecimento de qualidade, à inclusão, à compreensão acerca das questões de diversidade cultural e humana. Desse modo, ao suprir tais impasses será possível concretizar uma educação de qualidade.

Por conseguinte, discutir essas questões sobre a formação corrobora com a reflexão de saberes, assim como aponta Pimenta (1999, p.84) “os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática. Sobretudo se forem mobilizados a partir dos problemas que a prática coloca, entendendo, pois, a dependência da teoria em relação a prática, pois esta lhe é anterior” (IBIDEM, p. 83).

No que se refere à formação continuada, a autora explica, ainda, que “a formação é, na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas no contexto escolar” (IBIDEM, p. 84).

Neste sentido, compreende-se que a profissão de professor é um contínuo processo de formações, aprendizado e aperfeiçoamento, portanto, o professor

deve estar atento as novas práticas na contemporaneidade, visto que os alunos estão imersos a fluxos constantes de transformações e informações. Assim sendo, compreendemos que as artes recíprocas de ensinar e aprender são eficazes no processo de transformação das estruturas dominantes sociais; neste aspecto, discorreremos o tópico a seguir.

## **PROPOSTA PEDAGÓGICA COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA**

A literatura consultada nos permite compreender ser a proposta pedagógica um instrumento importante, no sentido da busca por igualdade e respeito entre os gêneros. Como apontam Auad, Silva e Roseno (1999) a proposta pedagógica se configura como ferramenta principal de cumprimento dos objetivos da escola. Através dela, os professores incluem as questões de gênero de uma forma contextualizada considerando as especificidades de cada realidade. Esse instrumento político/pedagógico permite ao professor adquirir mais autonomia, ainda de acordo com os autores:

Os projetos políticos pedagógicos das escolas precisam ser estruturados obedecendo não apenas as legislações presentes da educação, mas os temas que são suscitados em nossa sociedade, articulando os saberes, promovendo a equidade, buscando a permanência daqueles/as que são marginalizados/as. A escola precisa ser plural, nela deve-se emergir o respeito. Lembrando, por fim, que nem todo mal encontra-se na escola ou no Congresso (IBIDEM, p. 9).

Nessa perspectiva, o que possivelmente dificulta a inclusão dessas questões no contexto educacional é a ausência de uma legislação específica que permita uma abordagem sobre a temática. Almeida (2016, p. 16) acredita que “a inexistência de uma legislação específica sobre a diversidade sexual e sua contemplação no âmbito educacional dificulta, ou mesmo impede, ações já existentes ou em curso voltadas para essa temática”.

Assim sendo, apesar da autonomia do professor referente à proposta pedagógica e aos outros instrumentos didáticos, a ausência de uma legislação específica dificulta a prática, afinal, muitos membros no cenário político, como os que nos referimos anteriormente, desaprovam tal efetivação.

Outrossim, a criação de uma legislação específica proporcionaria também a participação de outras instituições sociais a exemplo da família, pois sua presença

nessas discussões se faz necessária, visto que se trata de um trabalho coletivo entre família, Estado e escola, essas interligações devem primar pela construção de um olhar crítico e emancipatório de crianças e adolescentes, como também, pode proporcionar o desenvolvimento de uma educação transformadora e libertadora (FREIRE, 1998).

É necessário pensar um modelo escolar que priorize a construção de uma estrutura que considere toda a diversidade cultural, religiosa e sexual, existente entre seus participantes. Neste sentido, Auad, Silva e Roseno (2019) afirmam, que:

Uma nova escola precisa ser pensada para a inclusão desses/as novos/as estudantes. O caráter conservador da educação, até então vigente, não contempla esse público diverso, que agora acessa a escola, contribuindo para a manutenção de privilégios historicamente construídos (p. 2).

Essa nova postura é necessária para a construção de um ambiente seguro, a fim de que os alunos enxerguem as diferenças como algo positivo, sem medos de assumir /vivenciar a sua sexualidade, suas identidades de gênero e não serem discriminados em razão disso. Visto que, o debate sobre a diversidade sexual e de gênero deve ser inserido na escola como ferramenta pedagógica para proporcionar a compreensão sobre direitos da cidadania (JOCA, 2009). Ou seja, tomar as diferenças como forma de liberdade e não de desigualdade, como encontra-se nos PCNs o se tratar do papel da escola:

O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar. Caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias” (BRASIL, 1998, p. 305).

Por conseguinte, a sexualidade embora na maioria das vezes, não seja tratada como tema de debate nos currículos das escolas, o assunto permeia os espaços escolares de diversas maneiras, seja representado nas paredes e banheiros através de escritos e desenhos de órgãos sexuais, ou, através de comportamentos, falas e relacionamentos. Assim sendo, cabe a escola por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos e de propostas pedagógicas privilegiarem essa temática destacando-a como direito educacional, contribuindo para a promoção de uma sexualidade segura, valorizando o conhecimento e à liberdade.

## **METODOLOGIA**

---

Mediante o objetivo do estudo: compreender quais as principais discussões sobre as (im) possibilidades em se abordar a temática diversidade sexual e de gênero, no contexto do ensino médio definimos como abordagem de análise o método qualitativo.

O método qualitativo, como afirma Richardson (1999), permite ao pesquisador incorporar os significados e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Assim sendo, torna-se este, um estudo explicativo, pois, através da análise qualitativa dos dados, foi registrado e analisado com profundidade o conhecimento sobre o objeto em estudo, além de identificarmos os fatores que determinam e contribuem para a ocorrência dos fenômenos relacionados ao tema (GIL, 1999).

Trata-se de um estudo bibliográfico, correspondendo a bibliografias; periódicos e publicações especializadas, entre outros trabalhos que são elaborados a partir de revisões de literatura, desse modo, reunimos as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta (CUNHA, 2001).

Foram utilizados autores clássicos e contemporâneos que fundamentaram os conceitos e as concepções sobre Gênero e diversidade sexual: Almeida, (2016); Bourdieu, (2003); Butler, (1995); Candau, (2008); Castro; Abramovay e, Silva (2004); Dantas, (2015); Foster (2001); Foucault, (1977); Freire, (1998); Frigotto, (2017); Jesus, (2008); Joca, (2009); Junqueira, (2007); Louro, (1997); Pimenta, (1999); Rios e Piovesan, (2001); Roseno e Guimarães, (2016); Scott, (1995); Silva, (1999); Young, (2019). Suas teses auxiliaram na compreensão da temática como indissociável dos debates mais amplos sobre escola, prática pedagógica e currículo.

Fazem parte, ainda, como escopo das análises bibliográficas 6 (seis) artigos científicos: Aranha, (2011); Auad, Silva e Roseno, (2019); Empinotti, (2018); Meyer, (2004); Neto, (2002); Scott, (1995). Realizou-se buscas nas seguintes bases de dados: **Google** Acadêmico; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e, **Scientific Electronic Library Online** – SCIELO. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações: Gênero; Diversidade Sexual; Prática pedagógica e Escola.

Por ser um estudo onde tratamos o sobre a prática e o currículo pedagógico foi fundamental a análise dos seguintes documentos: Base Nacional Comum

Curricular – BNCC; Constituição Federal; Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs; parecer 09/2001-

Conselho Nacional de Educação (CNE); sendo, portanto, considerados fontes documentais. Assim sendo, consideramos o documento como fonte de estudo. Utilizamos a análise documental buscando identificar informações pontuais nos documentos a partir dos objetivos propostos.

A descodificação de um documento pode utilizar-se de procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. Outrossim, o objetivo da análise de conteúdo é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para ressaltar os indicadores que permitam compreender sobre outra realidade implícita a mensagem (BARDIN, 2011 p. 48).

Dado o exposto, os instrumentos utilizados como coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica de acordo com a literatura pertinente, análise documental e de conteúdo, de modo a alcançar os objetivos que nos propomos analisar. Assim sendo, discorreremos sobre os resultados do estudo no próximo tópico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

---

O presente estudo analítico permite compreender que os assuntos de gênero e diversidade sexual no âmbito escolar não são amplamente discutidos em virtude do conservadorismo ainda fortemente influente em nossa sociedade. As propostas de implementação das temáticas nas escolas, a exemplo o projeto “Escola sem homofobia”, são alvos de perseguições políticas, em sua maioria oriundas da bancada evangélica. Verificou-se ainda, que para o debate se consolidar nas escolas é preciso inicialmente de transformações estruturais no currículo além de uma formação inicial e continuada dos professores.

Para compor a análise dos dados foram utilizados como fontes artigos científicos publicitados em anais e/ou revistas eletrônicas, eles permitiram identificar como gênero e diversidade sexual na educação estão sendo discutidos de acordo com o cenário contemporâneo, como também os documentos já citados nos auxiliaram compreensão aplicabilidade da temática no âmbito escolar, conforme observamos nos quadros 1 e 2:

**Quadro 1-** Artigos que abordam Gênero e Diversidade Sexual a partir da perspectiva da educação:

ARTIGO	AUTOR	ANO	PERIÓDICO	OBJETIVO
1-Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação	ARANHA, Antônia Vitória Soares	2011	Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente	Delimitar uma compreensão do que seja a diversidade, bem como contextualizá-la no quadro brasileiro.
2- Gênero na educação básica brasileira: a inconstitucionalidade de projetos proibitivos. <i>ETD</i>	AUAD, D., Silva, J. G. da F. e ., & Roseno, C. dos P.	2019	Educação Temática Digital.	Analisar projetos de lei pretensamente proibitivos quanto ao diálogo sobre relações de gênero na escola.
3-Por que é importante falar de educação sexual nas escolas	EMPINOTTI, G.	2018	Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional	Reportar a importância da abordagem da educação sexual nas escolas.
4-Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais	MEYER, Dagmar Estermann	2004	Revista brasileira de enfermagem	Compreender a introdução do conceito de gênero no campo dos Estudos Feministas e discutir os desdobramentos teóricos e políticos decorrentes de sua utilização.
5-De geometrias, currículo e diferenças	NETO, Alfredo Veiga	2002	Educação & Sociedade	Imprimir uma ordem geométrica, reticular, diferencial e disciplinar aos saberes e práticas escolares, o currículo promovendo a abstração do espaço e do tempo e contribuir para o estabelecimento de novas articulações entre ambos.
6- "Gênero: uma categoria útil de análise histórica	SCOTT, Joan Wallach	1995	Educação & Realidade	Compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.

**Quadro 2- Documentos analisados**

DOCUMENTO	ANO	OBJETIVO
1- Parâmetros Curriculares Nacionais	1998	Orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina.
2- Constituição da República Federativa do Brasil	1988	I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
3- Base Nacional Comum Curricular	2018	Garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.
4- 09/2001- Conselho Nacional de Educação (CNE);	2001	A busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

Nesse sentido, observamos uma autonomia pouco significativa para a abordagem acerca da temática, visto que, os atuais documentos que regulam a educação afirmam que as temáticas podem ser trabalhadas de forma transversal, no entanto, não oferecem explicitações claras de como/meios o professor possa trabalhar o assunto em sala de aula. Conforme observamos, nos cursos de licenciatura, bem como formações continuadas, não costumam realizar uma formação do professor voltada ao estudo da diversidade humana, que o torna em muitos casos, incapacitado para a abordagem da temática.

Nessa perspectiva, as mudanças no currículo, poderiam ocorrer, se a temática de gênero fosse incluída explicitamente no documento da **Base Nacional Comum Curricular**, de modo a fixar uma disciplina específica ou descrever os aspectos principais que cada disciplina deveria privilegiar para o debate.

Nesse aspecto, todavia, existe um forte discurso conservador a exemplo **Escola Sem Partido** (FRIGOTTO, 2017), contra a abordagem dos temas de gênero e diversidade no cenário educacional, que acaba dificultando a implementação da temática nas escolas. No entanto, como Foucault (1977) aponta, a ação autoritária gera uma resistência, desse modo, movimentos como **Escola com Diversidade e Liberdade** buscam maior autonomia no debate sobre diversidades humanas em sala de aula.

Assim sendo, é preciso considerar o avanço dos debates no âmbito científico sobre diversidade, gênero e escola que proporcionam alcance de informações e a continuidade de posteriores estudos, como também a conquista da abordagem em sala de aula, ainda que de forma transversal. Além do que, o professor possui uma ferramenta emancipadora: a ação pedagógica, esta deve problematizar, buscando auxiliar na construção de sujeitos sensibilizados e cientes dos direitos e deveres enquanto seres sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Este estudo nos permite reconhecer a escola como espaço de fundamental importância na promoção do respeito as diversidades sociais, visto que ela é composta por sujeitos múltiplos. Assim sendo, este espaço deve ser privilegiado na produção uma nova perspectiva sobre as relações de gênero e diversidade sexual, promovendo o pensamento reflexivo acerca da pluralidade de identidades na sociedade.

A omissão desses aspectos inseridos no ambiente escolar se configura como uma forma de reafirmar o preconceito existente, porque invisibiliza uma questão social e isso corrobora com uma perpetuação da ideia de anormalidade internalizada na cultura conservadora.

Assim sendo, como destacamos anteriormente, incluir discussões de gênero e sexualidade na escola, implica mudanças estruturais curriculares que na conjectura política estão limitadas e em constante vigilância devido a valores conservadores, se configurado assim como um retrocesso para as discussões acerca da temática. Compreendemos, portanto, que incluir o multiculturalismo no currículo implica diretamente um ato de resistência diante as relações de poder existentes na sociedade.

Nesse sentido, a educação precisa ser voltada ao acolhimento, reconhecimento, autonomia e desenvolvimento, nas suas especificidades, por ser a escola, um "espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades" (BRASIL, 2017, p. 14).

Por conseguinte, reiteramos que debater sobre questão sexual não vai influenciar os alunos a assumirem uma postura sexual diferente das que possuem. Abordar essas temáticas auxilia no entendimento das especificidades e valoriza a diversidade como parte da socialização.

## REFERÊNCIAS

---

ALMEIDA, Edson Leandro. O kit anti-homofobia e a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares: paráfrases e polifonias. In: **VI EPEPE – Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**, 6., 2016, Juazeiro, Bahia: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação. **Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 54-61, jan./jul. 2011.

AUAD, D., Silva, J. G. da F. e., & Roseno, C. dos P. (2019). Gênero na educação básica brasileira: a inconstitucionalidade de projetos proibitivos. **ETD - Educação Temática Digital**, **21(3)**, 568–586. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/etd.v21i3.8654669>> Acesso em: 20/04/2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003. BRASIL, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEF, 1998.

BRASIL. **Lei n. 4.898**, de 9 de dezembro de 1965. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4898.htm)> Acesso em 30/04/2022. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Parecer CNE/CP9/2001** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1995.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (org.).

**Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

CASTRO, Mary G., ABRAMOVAY, Míriam e SILVA, Lorena B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO, Mec, Coordenação Nacional de SDT/Aids, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto Airton Senna, 2004.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.

DANTAS, Lara Daiana da Silva. **Gênero e sexualidade na formação do pedagogo**. 2015, Brasília- DF, Universidade de Brasília Faculdade de educação.

EMPINOTTI, G. **Porque é importante falar de educação sexual nas escolas**. São Paulo: [s.n], 2018. Disponível em: <<https://www.portaliade.com.br/ponte-por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>>. Acesso em: 27/05/2022.

Foster, D. W. Considerações sobre o estudo da heteronormatividade na literatura latino-americana. **Letras: literatura e autoritarismo**, V.22, P.49-53, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11823/725> > Acesso em 24/04/2022.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. Vol. 1: **A vontade de saber**. 12<sup>a</sup> ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25<sup>a</sup> ed. (1<sup>a</sup> edición: 1998). Rio de Janeiro: Paz e Terra. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola "sem" Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

JESUS, Beto; et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

JOCA, Alexandre Martins. A escola e o trato com a sexualidade na formação educacional da juventude. *In*: FREITAS, Geovani Jacó de; JOCA, Alexandre Martins; LOIOLA, Luís Palhano; SARAIVA, Antonio Crístian. **Respeitar as diversidades e combater as desigualdades**. Fascículo 5 – Deus é menino e menina. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Revista Bagoas, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, 2004, jan n. 57, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>>. Acesso em: 04/05/2022).

NETO, Alfredo Veiga. De geometrias, currículo e diferenças. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP, N 79, 2002. P163-186.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. **Pesquisa social Métodos e Técnicas**. 3ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Roger Raupp; PIOVESAN, Flávia. A discriminação por orientação sexual. In: **Seminário Internacional- As minorias e o direito**, 2001, Brasília (Série Cadernos do CEJ, v. 24). RJ: Vozes, 2001.

ROSENO, Camila; GUIMARÃES, Janaina. A emersão diante da proposital invisibilidade: por que não falar de gênero na educação? In: **VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO**, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

YOUNG, Fernanda. **Pós-F.: para além do masculino e do feminino**. São Paulo: LeYa, 2019.